Há quem diga que se nossos avós, bisavós ou cidadãos medievais pudessem retornar à vida em pleno século XXI, um dos ambientes nos quais iria visualizar sua própria história seria a escola. Isto por que o formato, as cores e a arquitetura se repete ao longo dos séculos. Certamente isto não é de todo falso, mas o que deveria merecer preocupação é que não são apenas as estruturas físicas que se repetem. A mentalidade de determinados educadores e gestores denota o caráter burocrático, arcaico e até medieval da escola, o que certamente a torna parecida com a freqüentada pelos nossos avós.

O que causa maior preocupação é que nos tempos de nossos avós não havia meios alternativos para “modernizar” o processo educativo e quando havia não eram acessíveis a um número significativo de instituições e educadores. Ao contrário, em tempos pós-modernos, fruto de estudos, pesquisas e de reconhecimento do caráter dialético da educação, não se admite um profissional educador praticando uma conduta burocrática e previsível. A esterilidade implementada pela burocracia não admite uma relação dialética entre educando e educador, considerando esta uma prática que poderia comprometer a autoridade do educador e da própria escola.

A burocracia consolida a estagnação e engessa o caráter inovador da educação, expurgando a prática dialética da relação entre educando e educador. O decreto de impossibilidade de diálogo auto-eco-organizativo na relação educativa impede por sua vez a dinâmica pedagógica (re)construtora de saberes e valores. Do contrário se estabelece a pedagogia do repasse e a ação meramente mediadora do educador firmando o caráter burocrático, previsível e insosso da escola medieval do século XXI.

Reflexos desta prática são inúmeros: desprazer em estar na escola, violência e intolerância nas relações interpessoais, depredação de materiais, além de total descomprometimento com processo educativo, por parte da sociedade. Na visão de muitas pessoas, inclusive autoridades, a escola passa a ser, deste modo, apenas uma alternativa à rua, onde se supõe serão resolvidos apenas problemas de delinquência e marginalidade extrema. O caráter (trans)formador, neste modelo, não é percebido, até por que esta não é exatamente uma qualidade da escola burocrática.

A questão se estabelece não é a de se determinar culpados por esta realidade, mas ao

contrário, identificar cada educador e cada instituição de ensino como responsáveis por uma verdadeira revolução. Desta culminará a efetiva desburocratização da educação e a consolidação de uma pedagogia dialética, viva, imprevisível, atraente, colorida e bonita. Mesmo em prédios de características físicas e arquitetônicas medievais, mentes pós-modernas, corajosas e solidárias, podem promover indivíduos sensíveis às demandas contemporâneas.

Não basta investimento financeiro, embora necessário, se o edifício humano da escola não se auto-desafiar. Há que se reconhecer a condição humana de quem freqüenta o espaço escolar e utilizá-lo como instrumento e caminho para contemporanizar práticas educativas e relação essencialmente humanas no mais humanos dos espaços.